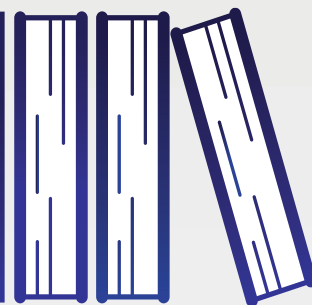


Desafios para a Pesquisa Científica: um olhar sob a percepção de discentes do Curso de Especialização em Docência em Segurança Pública¹

Josivane do Carmo Campos²
Sônia da Costa Passos³



¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP) para fins de conclusão do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública - IESP/2024. Está devidamente autorizado pela Direção do Instituto para publicação na Revista Científica da Polícia Militar do Pará (PMPA).

² 3º Sargento da Polícia Militar do Pará; Mestre e Doutora em Letras (UFPA); Especialista em Gestão de Pessoas (UNITOLEDO) e em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública (IESP); Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UFPA); Membro do Comitê Editorial da Revista Científica da Polícia Militar do Pará; Docente dos Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA.

josivanecampos@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-8796-9812

³ Assessora Pedagógica e Docente do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Pós-doutora em Geografia (UFPA); Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Serviço Social (UFPA); Licenciada em Pedagogia (UNAMA); Licenciada Plena em Letras (Cruzeiro do Sul).

sscpassos_10@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0004-1656-7025

RESUMO

A cultura em torno de produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas, divulgação de resultados de pesquisas e a aplicabilidade destes nas ações estratégicas ainda precisam de incentivo no campo da segurança pública. Assim, surgiu a seguinte problemática: Quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará? Como questões norteadoras, foram definidas: a) Com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? b) Quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica? e c) Qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas? O objetivo deste artigo foi identificar quais os maiores desafios enfrentados por agentes de segurança pública para desenvolverem pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará. Para isso, foi realizado um estudo sob os enfoques qualitativo e quantitativo, por meio da pesquisa bibliográfica e de levantamento. Os resultados mostraram que os maiores desafios são as escalas de serviço, o investimento financeiro institucional insuficiente e a indisponibilidade de materiais e equipamentos. Para solucionar essas questões, foram apresentadas propostas, como a concessão de bolsas de estudo, diárias, licenças e criação de núcleos de pesquisa. Conclui-se que há muitos desafios enfrentados que podem ser dirimidos conforme as propostas apresentadas e que poderão contribuir para o avanço das pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

Palavras-chave: Conhecimento; Produção; Aplicabilidade Institucional; Avanço.

ABSTRACT

The culture around knowledge production through scientific research, dissemination of research results and their applicability in strategic actions still needs encouragement in the field of public security. Thus, the problem arose: What are the greatest challenges for scientific research in public security in the State of Pará? As guiding questions, the following were defined: a) How frequently have scientific studies been conducted in public security agencies in the State of Pará? b) What factors can be identified as challenges in the process of producing scientific research? and c) What has been the treatment given to scientific research results? The objective of this article was to identify the greatest challenges faced by public security agents in developing scientific research in public security in the State

of Pará. For this, a qualitative and quantitative study was conducted through bibliographic research and surveys. The results showed that the biggest challenges are service schedules, insufficient institutional financial investment and the unavailability of materials and equipment. To resolve these issues, proposals were presented, such as the granting of scholarships, daily allowances, licenses, and the creation of research centers. It is concluded that there are many challenges faced and that can be resolved according to the proposals presented here and that could contribute to the advancement of scientific research in public security bodies in the state of Pará.

Keywords: Knowledge; Production; Institutional Applicability; Advance.

RESUMEN

La cultura en torno de la producción de conocimiento por medio de investigaciones científicas, la divulgación de los resultados de las pesquisas y de la aplicabilidad de estos resultados en las acciones estratégicas, hasta ahora precisan de estímulo em el campo de la seguridad pública. Así, surgió la siguiente situación problemática (conjunto de dificultades): ¿Cuáles son los mayores desafíos para la pesquisa científica en la Seguridad Pública em el Estado de Pará? Como cuestiones orientadoras, fueron definidas las siguientes: a) ¿Con cuál frecuencia han sido realizadas las pesquisas científicas em los órganos de Seguridad Pública en el Estado de Pará? b) ¿Cuáles factores pueden ser registrados como desafiadores em el proceso de producción de la pesquisa científica? Y c) ¿Cuál tratamiento ha sido dado a los resultados de las pesquisas científicas? El objetivo general de este artículo fue, pues, identificar cuáles han sido los mayores desafíos enfrentados por los agentes de la Seguridad Pública para elaborar pesquisa científica en Seguridad Pública en el Estado de Pará. Para tal propósito, fue realizado un estudio bajo los enfoques cualitativo y cuantitativo, por medio de la pesquisa bibliográfica y de observación. Los resultados mostraron que los mayores desafíos son: las escalas de servicio, la inversión financiera institucional insuficiente y la indisponibilidad de materiales y equipos. Para solucionar tales asuntos, fueron presentadas algunas propuestas, como la concesión de becas de estudio, bonificación, licencias, y creación de núcleos de pesquisa. Se concluye que hay muchos desafíos enfrentados actualmente y que pueden ser resueltos en conformidad con las propuestas presentadas em este artículo y que, por fin, pueden contribuir para la evolución de las pesquisas científicas en los órganos de la Seguridad Pública en el Estado de Pará.

Palabras Clave: Conocimiento; Producción; Aplicabilidad Institucional; Avance.

1 INTRODUÇÃO

Sempre que se aborda o tema Segurança Pública, a primeira referência legal que se tem é o Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88): “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”. O Art. 144 da CF/88 define também os órgãos que integram o sistema de segurança pública no Brasil e delimita as competências e responsabilidades de cada órgão. Além disso, possibilita-se aos Municípios constituírem as guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações; e enfatiza a segurança viária, que deve ser exercida pelos órgãos ou entidades executivas e seus agentes de trânsito. Portanto, quando se trata de Segurança Pública, o maior objetivo é garantir aos cidadãos o direito à proteção da vida e do patrimônio, visando sempre a preservação da ordem pública.

Todas essas previsões remetem às ações de presença do Estado para a defesa das pessoas e do patrimônio em suas diferentes modalidades. No entanto, oferecer segurança pública com qualidade e efetividade vai muito além de presença física do Estado nos terri-

tórios, na sociedade e nas comunidades. É preciso Planejamento. E para que esse Planejamento se materialize, é necessário mobilizar saberes. Mobilizar saberes significa “garimpar” conhecimentos de diversas áreas no sentido de pensar estratégias eficientes que convirjam exatamente para resultados eficazes para a segurança pública.

Nesta seara, realizar pesquisa em segurança pública tem se tornado imprescindível, uma vez que este campo também tem passado por grandes transformações resultantes das revoluções sociais que vêm se desencadeando ao longo dos anos. Neste âmbito de transformações, tornam-se emergentes para a sociedade que se realizem estudos sistematizados de temas sensíveis como a discussão das práticas policiais contemporâneas, as redes sociais, a segurança dos policiais, violência policial e outros (Smith *et al.*, 2011 *apud* Perovano, 2014). Nesse sentido, Perovano (2014) considera que:

A pesquisa científica deve oferecer um olhar descritivo e analítico para os processos de policiamento, a partir do comportamento da polícia frente às demandas da sociedade para fornecer elementos fundamentais à organização do planejamento, dos processos de gestão, para a formação inicial e continuada, para o desenvolvimento da rotina de trabalho operacional e de operações, constituindo assim um novo desenho na perspectiva histórica das organizações congêneres. (Perovano, 2014, p. 10).

Esta afirmação corrobora à necessidade de se desenvolverem pesquisas científicas que subsidiem o planejamento e os processos de gestão nos órgãos do sistema de segurança pública. Para isto, o artigo traz à lume a discussão em torno dos desafios para a realização de pesquisa científica em segurança pública e defesa social, a divulgação dos resultados e a aplicabilidade destes para o desempenho da missão constitucional pelos órgãos de segurança pública do Estado do Pará.

Neste contexto, investir em pesquisas científicas que possam investigar a fundo e com seriedade as questões atinentes aos problemas que vêm afetando o trabalho dos órgãos de segurança pública e que possam fornecer subsídios cientificamente comprovados para a elaboração de estratégias à solução de tais problemas, pode ser um fator diferencial para o Estado. No Pará, o Instituto de Ensino em Segurança Pública (IESP) é referência em formação e especialização dos agentes de segurança pública, os quais têm realizado pesquisas científicas para a conclusão de cursos, visando o avanço das pesquisas em segurança pública, e assim contribuir para as ações estratégicas de seus respectivos órgãos de atuação.

Considerando essa temática, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará? Como questões norteadoras, têm-se as seguintes: a) Com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? b) Quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? c) Qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas realizadas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará?

A escolha do tema se justifica pelo fato da primeira autora deste trabalho fazer parte do Comitê Editorial da Revista Científica da Polícia Militar do Pará e observar que a cultura em torno de produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas em segurança pública, divulgação de resultados de pesquisas e a aplicabilidade desses resultados nas ações estratégicas precisa de mais incentivo em âmbito estadual, bem como ter atuado como docente do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (CFO 2022/2023) e observar as dificuldades dos discentes durante o processo de produção do trabalho de conclusão de curso. Por fim, estar como aluna do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública e poder investigar o problema de uma forma direta junto ao público formado por agentes de segurança pública oriundos dos órgãos de segurança pública do estado.

Trata-se de um tema relevante por permitir um olhar mais aproximado e crítico no sentido de investigar os problemas em torno da segurança pública e possibilitar propostas de intervenção que possam contribuir para os novos rumos tanto das corporações militares quanto dos órgãos e entidades ligadas ao sistema de segurança pública como um todo. O resultado final sempre deve estar voltado para contribuir com a paz social e a garantia dos direitos dos cidadãos em suas mais variadas formas de manifestação em sociedade.

Portanto, o objetivo geral deste artigo foi identificar quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará. Como objetivos específicos, teve-se: a) Verificar com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará; b) Identificar quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará; c) Verificar qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas realizadas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

2 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa proposta, a metodologia adotada seguiu as orientações de Perovano (2014), que reúne, em seu Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social, as técnicas metodológicas previstas nos tratados de metodologia científica voltando-se especialmente para a produção do conhecimento em segurança pública. Com base nisso, a pesquisa desenvolvida teve enfoque qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, bem como quantitativo, de levantamento, para tratar da importância da pesquisa científica para a segurança pública, a divulgação e aplicação dos resultados nas ações dos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

Segundo Perovano (2014), a pesquisa qualitativa, preocupa-se em compreender seu objeto, descrevendo e explicando o porquê das coisas com foco no fenômeno em estudo.

A pesquisa qualitativa procura explicar, observar e descrever o porquê das coisas, com as inferências baseadas nos valores e nas trocas simbólicas baseadas na subjetividade do pesquisador, em que o processo e seu significado são os focos principais de sua abordagem. Assim, o propósito do enfoque qualitativo é a reconstrução da realidade, ou de uma parcela dessa realidade, tal como observada pelos atores de um dado sistema social predefinido. (Perovano, 2014, p. 69).

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Sobre estes conceitos, Perovano (2014, p. 75) enfatiza o que descreve Sampieri (2013), que os estudos exploratórios “servem fundamentalmente, para que o pesquisador se familiarize com fenômenos relativamente desconhecidos, ou seja, um tema que ainda não foi explorado ou teve os seus conceitos pouco desenvolvidos”. Neste sentido, é possível avaliar a possibilidade de se realizar estudos mais completos sobre determinados contextos da vida real. Quanto ao tipo descritivo, Perovano (2014) afirma que os estudos descritivos servem para relatar situações e eventos, no sentido de descrever como determinados fatos e fenômenos se manifestam.

Para uma pesquisa mais completa, foi feita a análise quantitativa, considerando Gray (2012 *apud* Perovano, 2014), segundo o qual a pesquisa quantitativa parte de uma análise sistemática de um problema real, cuja intenção é a produção de resultados objetivos e que sejam válidos e replicáveis. Assim, optou-se por realizar um levantamento, a fim de obter, por meio de perguntas diretas, os dados que possibilitassem identificar e caracterizar comportamentos de um grupo de pessoas em determinado contexto.

Quanto aos Instrumentos de Coleta de Dados (ICD) utilizados na pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos:

⁵ Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), Departamento Estadual de Trânsito do Pará (DETRAN/PA), Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN - Marabá/PA), Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Guarda Civil Municipal (Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Marabá, Parauapebas), Polícia Civil do Pará (PCPA), Polícia Científica do Estado do Pará (PCEPA), Polícia Militar do Pará (PMPA), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Administração Penitenciária do Pará (SEAP), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Universidade Estadual do Pará (UEPA).

a) Definição da Amostra: Foram selecionados os discentes da Turma II (2022 – 29 alunos) e da Turma III (2023 – 35 alunos) do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública realizado pelo IESP, por serem formadas por agentes de segurança pública oriundos de diferentes órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. A amostra constitui-se de 100% das turmas, já que todos os alunos concordaram em participar da pesquisa;

b) Definição do Instrumento de Coleta de Dados: foi elaborado um questionário conforme os objetivos geral e específicos para a realização deste estudo, com dez perguntas fechadas e uma aberta. Todas versavam sobre a realização de pesquisa científica em segurança pública nos respectivos órgãos de atuação dos colaboradores. O questionário foi aplicado por meio do *Google Forms*, por permitir a organização e representação gráfica automática dos dados;

c) Tratamento de dados: os dados quantitativos foram representados por meio de gráficos gerados pelo *Google Forms*, bem como pelo *Excel* quando necessário. As respostas à pergunta aberta foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo do tipo temática e frequencial, a qual consiste em descobrir núcleos de sentidos (categorias) nos discursos dos participantes (Bardin, 2016).

As respostas foram analisadas, a fim de identificar os desafios enfrentados pelos colaboradores enquanto discentes e agentes de segurança pública e a relação dos conhecimentos produzidos cientificamente com a realidade em que se inserem no âmbito do Sistema de Segurança Pública no Estado do Pará. Para discorrer sobre a temática selecionada, na Seção 3, fala-se sobre os desafios para a pesquisa científica no Brasil e a importância da pesquisa científica para a formação docente.

3 OS DESAFIOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOCENTE

Sabe-se que os caminhos percorridos pelos pesquisadores no Brasil são árduos, pois muitos são os desafios para os que decidem abraçar a causa e aprofundar-se na busca de conhecimentos por meio de pesquisa científica.

Trata-se de uma atividade que requer dedicação, coragem e persistência para se alcançarem resultados inéditos ou comprobatórios capazes de transformar a realidade de diversas áreas do conhecimento que podem trazer benefícios para a sociedade. No entanto, nesse caminho existem muitos desafios que hoje podem ser apontados como entraves para o avanço da ciência.

Segundo o Periódico de Minas [s/d], as pesquisas científicas têm grande valor para a sociedade, na medida em que é por meio delas que se descobrem as curas para doenças, há o desenvolvimento de novas tecnologias para o crescimento do país, contribui-se para a qualidade de vida da sociedade, entre outros. No entanto, a falta de conhecimento das pessoas sobre o que se tem desenvolvido nas

universidades é um grande desafio, pois o apoio da sociedade é importante para que mais investimentos sejam destinados às pesquisas e o progresso, de fato, aconteça.

O Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de São Paulo (USP, s/d), também discorre sobre os desafios e dificuldades da pesquisa no Brasil, e assim apontam:

[...] dificuldades estruturais, como falta de financiamento para pesquisa, baixa remuneração e problemas de saúde mental. Além disso, existe o desconhecimento por parte da sociedade a respeito de como se faz ciência no país e os benefícios da atividade científica para o desenvolvimento nacional. Uma das consequências da falta de informação é a baixa adesão a movimentos de resistência contra os cortes severos que o setor de ciência e tecnologia têm sofrido nos últimos anos. (PPGE/USP).

Neste cenário, Souza *et al.* (2020) também realizaram estudo sobre os desafios para os pesquisadores brasileiros e os resultados mostraram pelo menos onze categorias: Escassez de recursos destinados à pesquisa (93,75%); Baixa relevância das pesquisas realizadas (75%); Sobrecarga de trabalho (62,50%); Baixa interação com o setor produtivo e/ou com a sociedade (62,50%); Infraestrutura de pesquisa deficitária (56,25%); Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%); Baixa valorização de outras formas de produção do conhecimento (43,75%); Baixo engajamento dos pesquisadores (37,50%); Alta burocracia envolvida nas etapas da pesquisa (31,25%); Falta de uma equipe de apoio para a pesquisa (31,25%); Baixa interação entre pesquisadores (25%).

A pesquisa científica é uma atividade extremamente importante para o desenvolvimento da sociedade e a formação acadêmica pode gerar conhecimentos e influenciar diretamente para a constituição da mentalidade das pessoas (Menna, 2017). Ele define pesquisa como uma atividade de busca da verdade e que tem destaque sobre outras dimensões da vida humana, pois “influi sobre o modo de pensar, de raciocinar e criar e de julgar” (p. 197) sobre vários aspectos da nossa vida. Ela pode coincidir com a vida profissional ou pode funcionar como uma etapa relevante para a vida profissional. Mas ela é importante para todas as dimensões da vida.

Ainda sobre a importância da pesquisa na formação docente, Jung (2007, p. 1) afirma que “pesquisar é uma forma de encontrar respostas para diversas perguntas”. A autora assegura que a importância da pesquisa na formação do professor está em buscar novos conhecimentos, ser inovador e criativo, visto que os alunos estão sempre curiosos frente a novos conteúdos. Diante disso, o professor precisa estar em constante busca de conhecimentos para que se tenha um bom desempenho em sala de aula.

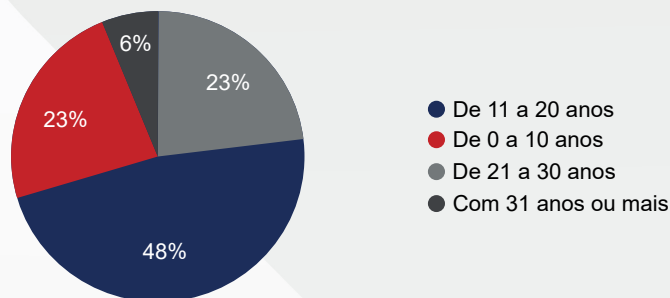
Sobre estes aspectos, tem-se como referências a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2011). O art. 43 da primeira prevê as finalidades da educação superior, e o inciso III define o seguinte: “III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (grifo nosso)”. O PNE também prevê o incentivo à prática da pesquisa entre os seus objetivos e metas para a educação superior: “18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa” (PNE, p. 44, grifo nosso).

Ambas as leis vislumbram o incentivo à prática da pesquisa na formação docente, tendo em vista o desenvolvimento intelectual do homem na compreensão do ambiente em que vive e em todo o seu processo educacional nas diferentes dimensões de seu desenvolvimento humano. Considerando os desafios para a pesquisa científica e a formação docente, a seguir apresentam-se os resultados da pesquisa, relacionando-os aos desafios identificados na seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Objetivando traçar o perfil das turmas, foi perguntado o tempo de serviço público, se atuam como docentes e se desenvolvem algum projeto de pesquisa em segurança pública; e em caso positivo, com qual frequência. Quanto ao tempo de serviço público, constatou-se que a maioria (48%) conta entre 11 e 20 anos. Em igual percentual (23%) estão os que contam de 0 a 10 anos e os que contam 21 a 30 anos. E há alguns com mais de 31 anos de serviço (6%), como mostra a Figura 1.

Figura 1: Percentual do Tempo de serviço dos participantes.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Considerando esse tempo no serviço público e a participação no Curso de Especialização foi perguntado se os participantes atuavam como docentes e se desenvolviam algum projeto de pesquisa em segurança pública. Os resultados na Tabela 1 mostram que, em sua maioria, os participantes atuavam como docentes (68%). No entanto, somente 40% deles desenvolviam pesquisa científica em segurança pública.

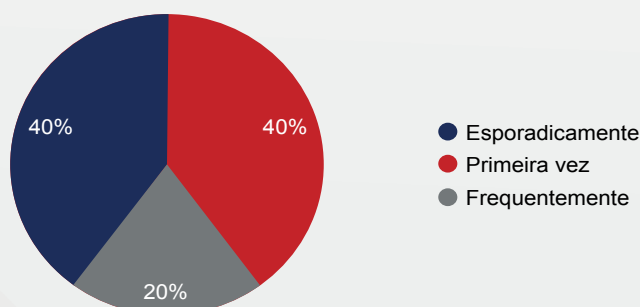
Tabela 1: Percentual da Atuação docente e desenvolvimento de pesquisa científica em segurança pública.

Questões	Sim	Não
Você atua como docente na área de segurança pública?	68%	32%
Você desenvolve algum projeto de pesquisa em segurança pública?	40%	60%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Quando perguntado sobre a frequência em realizar pesquisa científica voltada para a segurança pública, constatou-se que apenas 20% dos participantes realizavam essa atividade com frequência. 40% deles estava realizando pesquisa científica pela primeira vez durante o Curso de Especialização em estudo, e os outros 40% realizavam esporadicamente, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Frequência em que os participantes realizam pesquisa científica em segurança pública.



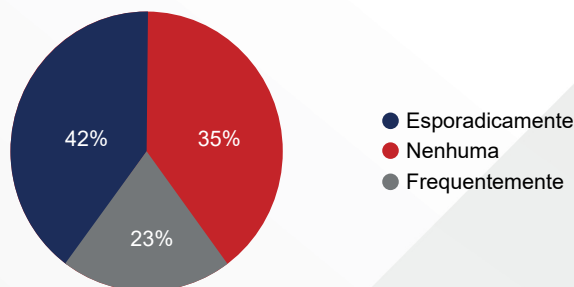
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Estes resultados mostram a insuficiência de atividades voltadas para a pesquisa científica nos órgãos do serviço público, e em especial, aqueles voltados para a segurança pública, contrariando as previsões legais para a pesquisa científica no Brasil preconizadas pela LDB e o PNE quando tratam do incentivo à pesquisa e investigação científica e ao incentivo à prática da pesquisa como elemento incentivador do processo de ensino-aprendizagem.

4.1 A PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Visando contemplar o objetivo específico de verificar com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará, bem como nas instituições que contribuem direta ou indiretamente para a promoção da segurança da sociedade, perguntou-se com que frequência o órgão da segurança pública em que o discente atua realiza pesquisa científica voltada para a segurança pública. Os resultados são mostrados na Figura 3.

Figura 3: Frequência em que os órgãos realizam pesquisa científica em segurança pública.



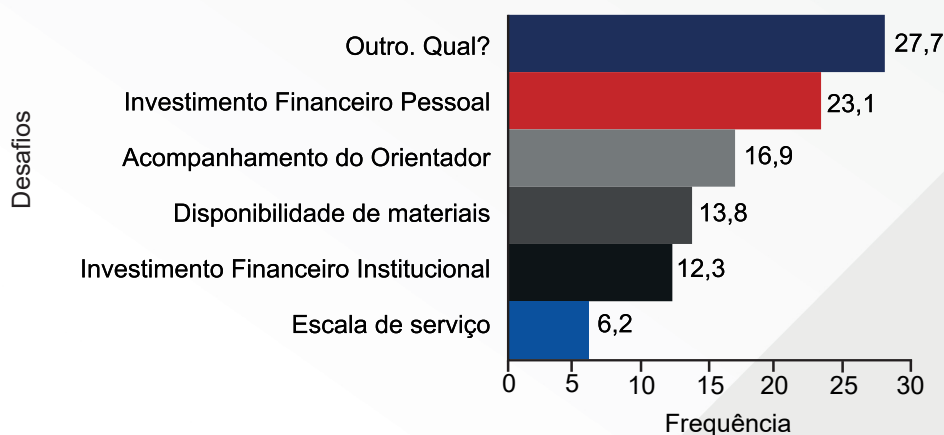
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Observa-se que em 35% dos órgãos públicos não existe produção científica. A maioria (42%), apenas esporadicamente e 23% realizam pesquisa frequentemente. Assim, observa-se as consequências do que mostram Souza *et al.* (2020), quando a escassez de recursos destinados à pesquisa foi considerada o maior desafio dos pesquisadores. O PPGE/USP sinalizou os cortes severos que o setor de ciência e tecnologia tem sofrido nos últimos anos, resultando em grandes entraves para o desenvolvimento do país. Daí, surge o questionamento sobre os desafios para quem se arrisca em tratar desses assuntos sob o viés científico, conforme será abordado a seguir.

4.2 DESAFIOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Durante a atuação como docente do Curso de Formação de Oficiais da PMPA (CFO/2022-2023) e como discente do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública, esta autora observou várias dificuldades dos alunos quando precisaram produzir artigo científico. Dentre as dificuldades relatadas pelos alunos, as mais frequentes foram selecionadas para constar no questionário aplicado para a produção deste artigo, como mostram os resultados na Figura 4.

Figura 4: Frequência dos desafios enfrentados pelos discentes para realizar pesquisa científica em segurança pública.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Conforme mostram os resultados, os maiores desafios enfrentados pelos discentes são as escalas de serviço (28%), a falta de investimento financeiro institucional (23%), e a disponibilidade de materiais de pesquisa (17%). Estes resultados confirmam o exposto pelo PPGE/USP e se assemelham aos de Souza *et al.* (2020, p. 7), quando apontam a “Escassez de recursos financeiros destinados à pesquisa” (93,75%) como sendo o primeiro e maior desafio dos pesquisadores brasileiros.

Para os agentes de segurança pública, o primeiro e maior desafio são as escalas de serviço, o que pode ser justificado pela peculiaridade do serviço de segurança pública, principalmente o serviço militar que tem nas escalas de serviço a obrigatoriedade de cumprimento das missões. Neste contexto, assemelha-se aos resultados de Souza *et al.* (2020, p. 7) referentes à categoria “Sobrecarga de trabalho” (62,50%) que reflete a “falta de tempo para o pesquisador se dedicar às atividades de pesquisa devido à acumulação de funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão”, o que afeta diretamente na qualidade dos resultados da pesquisa.

O terceiro maior desafio apontado pelos resultados desta pesquisa (disponibilidade de materiais) também confirmam o exposto pelo PPGE/USP e é encontrado por Souza *et al.* (2020, p. 7) sob a categoria “Infraestrutura de pesquisa deficitária” (56,25%), pois traduz-se em “falta de laboratórios e equipamentos que permitam o desenvolvimento de pesquisas de ponta”. Assim, observa-se que os maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da segurança pública são semelhantes aos enfrentados pelos pesquisadores das universidades brasileiras como um todo e de forma frequente.

Além destes três mais frequentes e significativos, os resultados do presente artigo apontaram como desafios o acompanhamento do orientador (14%), investimento financeiro pessoal (12%), e outros 6% que estão relacionados à concessão de diárias para os discentes que precisam se deslocar das cidades do interior para a Capital do Estado, a fim de participar de cursos de pós-graduação, uma vez que se torna oneroso para os discentes manter hospedagem, alimentação, materiais de estudo e outros com recurso financeiro próprio.

No que se refere aos resultados das pesquisas científicas já realizadas sobre a temática da segurança pública, foi perguntado sobre a existência de meios oficiais de divulgação; e se esses resultados têm sido aplicados para o planejamento de estratégias institucionais. Estas questões contemplam o terceiro objetivo específico deste artigo, e os resultados são mostrados na subseção 4.3 a seguir.

4.3 APLICABILIDADE DOS RESULTADOS DE PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Retomando a ideia de que uma das maiores importâncias da pesquisa está em questionar determinadas crenças e buscar novos conhecimentos (Jung, 2007), buscou-se verificar a aplicabilidade dos resultados das pesquisas científicas em favor das ações estratégicas do planejamento institucional voltados para a segurança pública e sua missão constitucional de proporcionar o bem-estar da sociedade (CF/88), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Divulgação e Aplicabilidade dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública.

Questões	Sim	Não
O órgão da segurança pública em que você atua tem algum veículo de divulgação dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública?	25%	75%
O órgão da segurança pública em que você atua tem utilizado os resultados das pesquisas científicas para o planejamento institucional?	26%	74%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Os resultados mostraram que apenas 25% dos órgãos públicos aos quais os participantes estão vinculados têm algum veículo de divulgação dos trabalhos realizados em nível científico, sendo citados a Revista Científica da Polícia Militar do Pará, as Assessorias de Comunicação e os sites institucionais, tais como o da UniPRF (Universidade da Polícia Rodoviária Federal) e a Escola de Administração Penitenciária (EAP).

Quanto à aplicabilidade dos resultados, declarou-se que em 74% dos órgãos públicos não se faz a aplicação dos novos achados científicos nas ações referentes ao planejamento institucional. Apenas 26% dos trabalhos têm sido aproveitados. Estes são considerados extremamente importantes, pois destes trabalhos resultaram a criação e atualização de leis, e o embasamento científico para o planejamento em nível estratégico, tático e operacional em diferentes instituições. Neste aspecto, os resultados de Souza *et al.* (2020) se mostram semelhantes sob a categoria “Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados” (43,75%) que se caracteriza pela “Baixa divulgação dos resultados das pesquisas para a legitimação dos recursos investidos e aplicação em problemas sociais e/ou econômicos (p. 7)”.

Dentre os aspectos positivos dos resultados das pesquisas realizadas em segurança pública no Pará, foram citados o plano de ação para combate a assalto a bancos na modalidade “Novo Cangaço”, as ações do SIAC, as ações preventivas do CBMPA, a intensificação do policiamento nas áreas mais vulneráveis oriundos de estudos como na área de georreferenciamento, e maior investimento em treinamentos e capacitações do efetivo dos órgãos de segurança pública.

Destes resultados, observa-se que, apesar de ainda serem pouco realizadas, quando aproveitados os conhecimentos novos, estes têm tido impactos muitos positivos e significativos para as ações e operações dos diferentes órgãos e instituições que têm a missão, direta ou indiretamente, de oferecer à sociedade um serviço público de qualidade, proporcionando segurança e bem-estar social para todos, sem distinção, conforme preconiza a CF/88.

Por fim, visando oferecer propostas de intervenção para o avanço das pesquisas científicas, foram solicitadas sugestões dos discentes para tal avanço, a fim de não serem apresentadas apenas propostas da autora deste trabalho. Considerando a análise de conteúdo, as respostas foram agrupadas em cinco categorias, como mostra a subseção 4.4.

4.4 PROPOSTAS PARA O AVANÇO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Os argumentos analisados, resumiram-se em cinco categorias: Investimento, Incentivo, Integração, Aplicabilidade e Divulgação dos resultados. Estas categorias também foram identificadas por Souza *et al.* (2020) como desafios apontados pelos pesquisadores, tais como: Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%); Baixa valorização de outras formas de produção do conhecimento (43,75%); Baixo engajamento dos pesquisadores (37,50%); Alta burocracia envolvida nas etapas da pesquisa (31,25%); Falta de uma equipe de apoio para a pesquisa (31,25%); Baixa interação entre pesquisadores (25%).

4.4.1 Investimento

Nesta categoria, a proposta é que se faça mais investimento financeiro para fomentar a pesquisa científica em segurança pública, tanto na questão material quanto na formação e especialização de recursos humanos envolvidos em tal atividade de produção de conhecimento, tais como os citados no Quadro 1:

Quadro 1: Propostas dos discentes e da autora quanto ao investimento financeiro para o avanço da pesquisa científica em segurança pública.

Propostas/Discentes	Propostas/Autora
Concessão de bolsas de estudo.	Aos profissionais interessados em participar de projetos de pesquisa desenvolvidos pela própria instituição.
Concessão de diárias.	Aos profissionais interessados em participar de projetos de pesquisa desenvolvidos por instituições externas, bem como para a participação em eventos científicos de divulgação de resultados das pesquisas realizadas.
Oferta de Cursos de Pós-graduação para todos os órgãos e instituições da segurança pública.	Ofertar outros cursos de Pós-graduação voltados às outras áreas da segurança pública, tais como a gestão de pessoas, finanças, inteligência, comunicação social, planejamento etc.
Criação de um setor especificamente responsável pelo desenvolvimento de pesquisa científica, ensino e capacitação de profissionais que atuarão no setor.	Criar um departamento de ensino, instrução e pesquisa científica, sendo responsável pela produção de conhecimentos, aperfeiçoamento de pessoal, divulgação de resultados, bem como pelo direcionamento do melhor aproveitamento destes achados no planejamento organizacional.
Materiais e equipamentos necessários à atividade de pesquisa científica.	Investir em laboratórios de pesquisa e equipá-los conforme a necessidade de cada área de estudo, a fim de que se possa realizar as pesquisas de forma minuciosa e se obtenha resultados mais confiáveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.4.2 Incentivo

Nesta categoria, a proposta é que a instituição proporcione meios que incentivem o profissional de segurança pública a se dedicar à atividade de pesquisa científica. Nisto, enquadram-se os investimentos financeiros citados na subseção 4.4.1. Além disso, foram citados os seguintes fatores constantes no Quadro 2:

Quadro 2: Propostas dos discentes e da autora quanto ao incentivo dos profissionais para o avanço da pesquisa científica em segurança pública.

Propostas/Discentes	Propostas/Autora
Concessão de Licença para Aprimoramento Profissional.	Este fator foi citado quando há necessidade de mais tempo para dedicação aos estudos. A ideia é que haja uma forma especificamente voltada para a liberação do servidor para dedicação exclusiva, de modo temporário, para as atividades de aperfeiçoamento acadêmico e profissional, incluindo a participação em eventos acadêmicos. Assim, a proposta é criar um dispositivo legal para regulamentar a concessão de licença para aprimoramento do profissional que deseje se dedicar às atividades de pesquisa científica.
Maior frequência de disponibilização de cursos e maior número de vagas.	Que sejam criados cursos de especialização e que haja mais turmas, aumentando o número de vagas e proporcionando mais oportunidade de participação dos profissionais de segurança pública. Assim, oportuniza-se maior participação do efetivo e as pesquisas avançam com mais questões investigadas.
Nomeação de coordenadores com especialização em docência nos cargos de diretoria de ensino das instituições.	Nomear pessoal especializado para os cargos e funções diretamente vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que o conhecimento específico possibilita melhor avaliação das demandas direcionadas à pesquisa e aplicação real dos resultados. É importante que o gestor e membros dos departamentos de pesquisa possuam conhecimento de causa, que saibam direcionar as atividades e elaborar o planejamento que tragam resultados efetivos e eficazes para aquele determinado órgão ou instituição. Vale ressaltar que, neste incentivo, some-se a criação de gratificação pecuniária em níveis, conforme a responsabilidade de cada função exercida.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.4.3 Integração

Enquadram-se, nesta categoria, as sugestões que fizeram referência à relação entre órgãos do serviço público de segurança pública e as instituições de ensino superior e agências nacionais de fomento à pesquisa científica (CAPES⁶, CNPq⁷, FAPESPA⁸), com o objetivo de firmar acordos e convênios que possibilitem o financiamento de pes-

⁶ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) (<https://www.gov.br/mec/pt-br>), que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. (Fonte: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>).

⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento. (Fonte: https://portal.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional).

⁸ Fundada em 2007, a atualmente Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas foi criada para ser a responsável pelo fomento de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação dentro do Estado do Pará. (Fonte: <https://www.fapespa.pa.gov.br/sobre-nos/>).

quisas a serem realizadas por grupos criados para tal fim. Deste financiamento externo, propõe-se que também sejam concedidas bolsas de estudo para pesquisadores com experiência, bem como para estudantes em nível de iniciação à pesquisa científica.

Este contexto de integração também pode ser considerado como fonte de incentivo para profissionais que desejem seguir carreira acadêmica com foco nas investigações de assuntos atinentes aos mais diversos setores das instituições de segurança pública. Trata-se, também, de uma maneira de promover parcerias entre universidades e órgãos de segurança pública, incentivar a formação de redes colaborativas de pesquisadores e facilitar o planejamento de ações interinstitucionais que promovam maior alcance das ações preventivas para a sociedade. Como mostrado por Souza *et al.* (2020), a integração é um grande desafio, pois em seus resultados, pôde-se identificar por meios de duas categorias (“Baixo engajamento dos pesquisadores” e “Baixa interação entre pesquisadores”) a necessidade de integração entre pesquisadores, para que haja maior comprometimento, parcerias e mais discussões para o desenvolvimento de estudos multidisciplinares.

Por fim, os discentes propuseram a criação de Núcleo de Estudos e Pesquisas com foco no Eixo Temático Segurança Pública e Defesa Social, criação de Observatório da Violência, formação de programas de estágios para alunos de faculdades parceiras, plataforma unificada entre as instituições conveniadas. Tudo isso visando a integração entre os órgãos de segurança pública, as universidades e agências de fomento que contribuam para o avanço das pesquisas científicas.

4.4.4 Aplicabilidade

No que se refere à Aplicabilidade, foi sugerido que os órgãos de segurança pública adotem as pesquisas científicas como método de validação prévia das suas ações, e que isso seja previsto em legislação própria para que estas questões não fiquem dependendo da discricionariedade do gestor geral de cada órgão, mas que possa ser adotado por todos os que exercerem tal função de gerência.

Neste contexto, espera-se que as pesquisas científicas tenham seus resultados aplicados na fase de planejamentos quando da elaboração das políticas institucionais, as quais culminarão nas diretrizes que regerão cada instituição e serão desdobradas nas mais diferentes ações estratégicas da instituição. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de suporte primordial para a tomada de decisões organizacionais.

4.4.5 Divulgação dos resultados

A quinta categoria mais apontada pelos discentes diz respeito à divulgação dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública. Este desafio também foi apontado pelo PPGE/USP, e por Souza *et al.* (2020) sob a categoria “Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%)”. A ideia é que se dê mais visibilidade aos resultados das pesquisas por meio da realização de eventos científicos, de forma periódica, e a criação de meios de divulgação permanente, como revistas, cadernos de pesquisa, livros.

Como proposta de divulgação, a autora deste estudo propõe que sejam atendidas as propostas descritas nas subseções anteriores, e que estes resultados sejam divulgados por meio de Congressos, Encontros, Simpósios, Conferências e eventos afins, organização pelos setores responsáveis pela pesquisa científica em cada órgão de segurança pública no Estado do Pará. Estes eventos são de extrema importância para se estabelecerem trocas de conhecimentos e experiências que poderão influenciar sobremaneira para a avaliação do que se tem feito e do que se poderá fazer para contribuir com o avanço da pesquisa científica em segurança pública em nível estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oferecer segurança pública requer planejamento sério e especializado, mobilizando a maior gama de saberes possíveis e disponíveis. É justamente nesse momento que a importância da pesquisa científica se apresenta, sendo uma ferramenta que pode contribuir significativamente para que se tenha um planejamento mais eficiente e eficaz embasado por estudos aprofundados e comprovados por meio de investigação científica. Mas, como fazer ciência no campo da segurança pública? Sabe-se que muitos são os desafios que se apresentam para aqueles que se dispõem a desenvolver estudos científicos, e não é diferente para os agentes de segurança pública. Trata-se de uma seara de muitas demandas complexas e dinâmicas que precisam ser objeto de estudos constantes, visto que a criminalidade também evolui e busca diferentes modos de atuação, e o Estado precisa estar pronto para prevenir e para combater tais ações.

Para o atendimento da demanda de pesquisa científica, chega-se, pois, no papel fundamental do professor/instrutor dos cursos de formação e especialização dos agentes de segurança pública, os quais precisam estar em constante atualização de conhecimentos. Nesse ínterim, a formação docente de agentes de segurança pública precisa ter como um dos focos principais o desenvolvimento de pesquisa científica, uma vez que os resultados dessa atividade poderão influenciar para uma nova forma de pensar, criar, julgar e transformar a realidade. A pesquisa deve ser uma constante busca da verdade, visto que o conhecimento pode ser mutável e falível, como afirma Menna (2017).

No entanto, para ser um docente pesquisador em segurança pública, muitos desafios e obstáculos precisam ser enfrentados para que o professor seja cada vez mais criativo, inovador, influenciador e tenha sempre bom desempenho em sala de aula, como afirma Jung (2007). Ademais, deve-se considerar as previsões da LDB e PNE no que se refere a incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica a fim de se desenvolver o pensamento do homem e a compreensão do meio em que vive.

Por todo o exposto, esta pesquisa foi realizada para investigar os maiores desafios enfrentados por agentes de segurança pública para realizarem pesquisa científica em torno dos muitos problemas apresentados no campo da segurança pública e que precisam de soluções efetivas tomando como requisito de validação os resultados de pesquisas científicas, bem como foram apresentadas propostas de soluções para cada desafio declarado pelos participantes da pesquisa.

Os resultados mostraram que:

a) Embora atuem como docentes (68%), a maioria não desenvolve pesquisa científica especificamente voltada à segurança pública (apenas 20% dos participantes realizam pesquisa com frequência);

b) 65% dos órgãos ou instituições não possuem um setor para a realização de pesquisa científica voltado para a segurança pública;

c) 35% dos órgãos ou instituições públicas definitivamente não existe nenhuma produção científica;

d) os maiores desafios enfrentados pelos discentes são as escalas de serviço, a falta de investimento financeiro institucional especificamente voltado para o fomento de pesquisa científica, e a disponibilidade de materiais de pesquisa;

e) apenas 25% dos órgãos públicos têm algum veículo de divulgação dos trabalhos realizados em nível científico;

f) apenas 26% dos trabalhos científicos tem sido aproveitado no planejamento dos órgãos de segurança pública.

Para solucionar estas questões, algumas propostas foram apresentadas tomando como base as necessidades apontadas pelos resultados, quais sejam: investimento e incentivo institucionais, integração entre os órgãos de segurança pública, aplicabilidade e divulgação dos resultados das pesquisas científicas. Com este trabalho e os resultados aqui apresentados, espera-se que as propostas sejam analisadas pelos gestores de segurança pública no Estado do Pará e que possam trazer novas formas de pensar a atividade docente com vistas à atividade de pesquisa e investigação científica, visando o planejamento institucional e, principalmente, o atendimento primordial ao que prevê a Constituição Federal Brasileira e demais dispositivos legais atinentes à educação no Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%202014.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,Art.>. Acesso em: 03 nov. 2023.

JUNG, Karen Maria. **A pesquisa na formação do professor**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <http://euler.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/pesquisa/texto_Jung.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.10.26.

MENNA, Sérgio Hugo. A pesquisa científica e a formação acadêmica. **Prometeus - Revista de Filosofia**, Ano 10, Número 24, set./dez., 2017. E-INNN:2176-5960. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/7192/5789>>. Acesso em: 02 set. 2023.10.26.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social**. Curitiba, Jaruá, 2014.

SOUZA, Donizeti Leandro de; ZAMBALDE, André Luiz; MESQUITA, Daniel Leite; SOUZA, Thais Assis de; SILVA, Nanielle Lourena Campos da. **A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil**. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP. 2020. Scielo. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221628>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/WgdZnSMrX49LLTJMffmsqNK/#>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

USP. Desafios e dificuldades da pesquisa no Brasil. **Programa de Pós-Graduação em Ecologia**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://posecologia.ib.usp.br/noticias/246-desafios-e-dificuldades-da-pesquisa-no-brasil.html>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Entenda os atuais desafios das pesquisas científicas no Brasil. **Periódico de Minas**. Blog. Disponível em: <<https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/entenda-os-atuais-desafios-das-pesquisas-cientificas/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.